



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

MARLENILDO FERREIRA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
RUSSAS**

RUSSAS

2015

MARLENILDO FERREIRA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
RUSSAS**

Artigo apresentado ao curso de Administração em Gestão Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Rosângela Soares de Oliveira

RUSSAS

2015

MARLENILDO FERREIRA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
RUSSAS**

Artigo apresentado ao curso de Administração em Gestão Pública do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Rosângela Soares de Oliveira

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Rosangela Soares de Oliveira  
Orientadora

---

Prof.  
Membro da Banca Examinadora

---

Prof.  
Membro da Banca Examinadora

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar se as famílias agricultoras do município de Russas, no interior do Estado do Ceará, têm acesso às políticas públicas para a agricultura familiar. Este estudo teve como objetivos específicos verificar se os agricultores familiares têm sido contemplados pelas políticas públicas para a agricultura familiar; identificar o número de famílias agricultoras do município que são atendidas por algum programas; e verificar se os programas para a agricultura familiar tem sido executados de forma eficiente no município. Para atingir os objetivos da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, optando-se por um estudo exploratório-descritivo e uma abordagem quanti-qualitativa. Foi feita uma pesquisa de campo no município de Russas/CE por meio de entrevista com 32 famílias agricultoras. Os objetivos geral e específicos foram atingidos, pois se verificou que as famílias agricultoras do município têm acesso às políticas públicas para agricultura familiar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; desenvolvimento agrário; políticas públicas.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>7</b>
2.1	Definições de Políticas Públicas.....	7
2.2	Agricultura Familiar e Políticas Públicas.....	8
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
3.1	Natureza e Tipologia da Pesquisa.....	10
3.2	Caracterização do Município.....	10
3.3	Universo, População e Amostra .....	11
3.4	Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados .....	11
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>13</b>
4.1	Perfil dos Entrevistados .....	13
4.2	Análise dos Resultados .....	13
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>21</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar caracteriza-se pela forma de produção onde os próprios agricultores familiares conduzem o processo produtivo, que eventualmente é complementado pelo trabalho assalariado. As atividades são geralmente diversificadas e destinadas ao próprio consumo e, ou, à venda externa.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Em 2009 cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) vieram das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, devido a sua importância na elevada produção de alimentos no Brasil, no desenvolvimento econômico e social, impactando no abastecimento e na segurança alimentar e nutricional da população, contribuindo para a erradicação da pobreza no mundo.

A partir da criação da Lei da Agricultura Familiar em 2006, a profissão de agricultor foi reconhecida no mundo trabalho, e novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar foram criadas.

Diante disso, o acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar é importante para o processo do desenvolvimento agrário. Nessa perspectiva, o presente trabalho possui o seguinte questionamento: **os agricultores familiares do município de Russas têm acesso às políticas públicas para a agricultura familiar?**

Baseado nessas informações, o estudo teve como objetivo geral analisar o acesso às políticas públicas, voltadas para agricultura familiar, e como as mesmas estão sendo aplicadas no atendimento das famílias agricultoras do município de Russas, no Estado do Ceará.

Os objetivos específicos são: (i) verificar se os agricultores familiares têm sido contemplados pelas políticas públicas para a agricultura familiar; (ii) identificar o número de famílias agricultoras do município que são atendidas por algum programa; (iii) verificar se os programas para a agricultura familiar tem sido executados de forma eficiente no município.

Nesse sentido foi realizada uma pesquisa de campo no município de Russas/CE. Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica,

optando-se por um estudo exploratório-descritivo e uma abordagem quanti-qualitativa, com uso de entrevista direcionadas *in loco* com as famílias agricultoras.

Com a realização deste estudo almejou-se, além da importância de avaliar as políticas públicas para o município, fornecer informações sobre as suas influências para o desenvolvimento da agricultura familiar, permitindo refletir se tais políticas estão atingindo os objetivos pretendidos, se os benefícios estão sendo alcançados e o que pode ser revisado e melhorado.

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução compondo a primeira seção. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico do estudo, abordando os temas relacionados às políticas públicas para a agricultura familiar, sua importância e necessidade de implementação ao nível do município. Em seguida, na terceira seção, é apresentada a metodologia do estudo, expondo os métodos de classificação, coleta e análise dos dados da pesquisa. Na quarta seção são apresentados os dados da pesquisa e as discussões relativas ao tema. Por fim, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Após breve introdução sobre a agricultura familiar, a importância desta nova forma de trabalho e as políticas públicas voltadas para esse este setor, também foi apresentada a problemática e os objetivos do estudo. Este capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema política pública, o conceito de agricultura familiar e a implementação das políticas públicas voltadas ao apoio a agricultura familiar no Brasil.

### **2.1 Definições de Políticas Públicas**

São apresentadas na literatura várias definições sobre política pública. Mead (1995) define política pública como uma abordagem para o estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Vários autores, segundo Souza (2006), definem política pública como: um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN, 1980); a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986); a síntese do que o governo escolhe fazer ou não fazer (DYE, 1984).

Política pública não é uma decisão única. Como salienta Lima (2012, p. 50), “inicialmente deve-se ter que política pública é um conjunto de decisões e não uma decisão isolada”. Para Cochran et al. (2009), políticas públicas referem-se a cursos intencionais da ação seguida por uma instituição governamental ou oficial para a resolução de uma questão de interesse público.

Segundo Souza (2006, p. 26): “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. E acrescenta ainda que, depois de formuladas, as políticas públicas são “desdobradas em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação”.

Na próxima subseção serão abordadas as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil.



## 2.2 Agricultura Familiar e Políticas Públicas

A agricultura familiar é caracterizada por um tipo de exploração onde os próprios agricultores familiares conduzem o processo produtivo, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que (Art. 3º):

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil (BRASIL, 2011; DIAS, 2015). Constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (FRANÇA et al., 2009): 84,4% do total de propriedades rurais brasileiras pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, estando a metade delas na Região Nordeste, e correspondendo a 35,3% da área total. No entanto, esses estabelecimentos ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área destinada a estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área de produção (FRANÇA et al., 2009).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (2012, p. 1), “a agricultura familiar é uma poderosa ferramenta para garantir a segurança alimentar da população mundial e das futuras gerações”, e que o seu fortalecimento é a chave para reduzir a fome e a pobreza, pois permite o acesso a terra, água, mercados, tecnologias e crédito pelos pequenos produtores. Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são (BIANCHINI, 2005): baixa capitalização, acesso as linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos.

Ao longo dos últimos anos a agricultura familiar vem ganhando importância social, econômica e política no Brasil, se comparado aos estudos nos países desenvolvidos (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013). A recuperação da força política do movimento

sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990, a criação em 2006 do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Lei da Agricultura Familiar, contribuíram para legitimar a agricultura familiar no país como categoria política (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011).

De acordo com Junqueira e Lima (2008, p. 160),

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do agricultor no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional.

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com secretarias estaduais e municipais e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) desenvolvem diversos programas visando o desenvolvimento da agricultura familiar, podendo ser citados (BRASIL, 2013): o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Garantia Safra, o Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O próximo capítulo apresenta a abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

O presente capítulo apresenta os métodos e as técnicas utilizados neste trabalho, com informações sobre o tipo de pesquisa, as fontes e os instrumentos de coleta utilizados e o método para análise dos resultados.

#### **3.1 Natureza e Tipologia da Pesquisa**

A presente pesquisa tem natureza quantitativa. Rodrigues (2007) aborda que este tipo de pesquisa traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas utilizando-se técnicas estatísticas.

Por meio da pesquisa quantitativa os dados coletados foram analisados, descritos e interpretados. Foi desenvolvido um roteiro com perguntas para auxiliar em entrevistas com o objetivo de coletar os dados necessários para alcançar o objetivo da pesquisa.

A pesquisa foi realizada através de uma análise documental com uma abordagem quanti-qualitativa referente às políticas públicas para a agricultura familiar. Foram utilizados documentos de fontes de órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para verificar se as famílias agricultoras do município de Russas têm acesso às políticas públicas para agricultura familiar, foi realizada uma pesquisa de campo no referido município, e foi utilizada a entrevista com instrumento para coleta dos dados.

Por meio de pesquisa de campo busca-se alcançar informações a respeito de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se pretende comprovar, bem como descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS; MARCONI, 2006).

A pesquisa de campo foi realizada no Município de Russas, no interior do Estado do Ceará.

#### **3.2 Caracterização do Município**

O estudo se desenvolveu no município de Russas, no interior do Estado do Ceará. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (BRASIL, 2010), a cidade possui uma área territorial de 1.590,258 km<sup>2</sup>, com uma população estimada de 69.833 habitantes e uma densidade demográfica de 43,91 (hab/km<sup>2</sup>). Em 2014 a população do município de Russas foi estimada em 74.243 habitantes (BRASIL, 2014). Dados do Censo mostram que o município

dividia-se em 64,4% urbano e 35,6% rural e constituído de 6 distritos: Russas, Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe e São João de Deus, segundo divisão territorial datada de 1988 (BRASIL, 2010).

### **3.3 Universo, População e Amostra**

O universo ou população refere-se ao objeto de estudo como um todo. Como define Lakatos e Marconi (2006), é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum. Segundo Rodrigues (2007, p.19), universo é o “total de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. O universo desta pesquisa compreende as famílias agricultoras do município de Russas-CE. Para esse estudo, foram elegíveis todas as famílias que tivessem perfil de agricultoras familiares, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A amostragem consiste em escolher uma parte mais representativa possível do todo de forma que os resultados obtidos possam inferir, o mais legitimamente possível, sobre a população total (LAKATOS; MARCONI, 2006). A presente pesquisa foi aplicada em uma amostra de 32 famílias agricultoras, distribuídas nos seis distritos que compõem o município de Russas. Por meio de visita domiciliar, foi entrevistado o trabalhador agrícola que informou ser o principal responsável pela renda familiar.

### **3.4 Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados**

Foi realizado levantamento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, das políticas implementadas no Estado do Ceará, e especificamente no município de Russas. Também foi realizado um levantamento do número de famílias que compõe a comunidade agrícola do município.

Para responder à problemática da pesquisa e alcançar os objetivos geral e específicos, foi realizada uma pesquisa de campo no município avaliado e foi utilizada a entrevista como instrumento para a obtenção dos dados.

Segundo Lakatos e Marconi (2006) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, com a finalidade de que uma delas obtenha informação sobre um determinado assunto, permitindo coletar dados ou ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, com a vantagem de ser utilizada com todos os segmentos da população, sejam analfabetos ou alfabetizados.

Dessa forma, a metodologia de pesquisa de campo por meio de entrevista *in loco* permite maior eficiência na coleta de dados e informações, uma vez que a aplicação de questionários diretos seria limitada pelo grau de alfabetização das famílias. As entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril de 2015 em 32 famílias agricultoras do município analisado.

O roteiro elaborado para orientação da entrevista continha questões agrupadas em três blocos. O primeiro bloco, relacionado às características sociodemográficas dos trabalhadores agrícolas, abrangeu: número de pessoas na família e escolaridade. O segundo bloco buscava informações relacionadas as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias: tipo de atividade (pecuária, agricultura, diversificada), quem participava das atividades, destinação da produção (consumo próprio e/ou venda externa), apoio de assistência técnica e os problemas enfrentados. O último agrupamento de perguntas do questionário referiu-se às políticas públicas para a agricultura familiar: participação das famílias nos programas de governo para agricultura familiar; vantagens e desvantagens dos programas segundo as famílias; benefícios e satisfações das famílias; pontos de vistas das famílias em relação as políticas públicas (sugestões, opiniões e críticas). Informações adicionais referentes as famílias foram obtidas junto ao órgão estadual de assistência técnica (EMATER) e Secretaria de Agricultura municipal.

No próximo capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Foram elaborados gráficos para melhor apresentação dos dados e interpretação e discussão dos resultados.

## **4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Este estudo começa pela introdução do tema sobre política pública, agricultura familiar, a importância desta nova categoria política e a implementação de políticas específicas para o setor, apresentando uma revisão bibliográfica sobre o tema, e exposição dos objetivos geral e específicos da pesquisa. Em seguida foi apresentada a metodologia utilizada no estudo para o alcance dos objetivos da pesquisa. Neste capítulo são apresentados e interpretados os resultados da pesquisa realizada com as famílias agricultoras do município de Russas. São apresentados percentuais e gráficos com o objetivo de responder a problemática e atingir os objetivos propostos. São apresentados resultados sobre o perfil dos entrevistados, as principais atividades agrícolas desenvolvidas, os programas destinados à agricultura familiar no município e a participação das famílias nos programas.

### **4.1 Perfil dos Entrevistados**

Os dados apresentados a seguir revelam o perfil das famílias agricultoras do município de Russas, resultados das entrevistas com perguntas fechadas, revelando a composição familiar, a escolaridade e a participação das famílias nas atividades desenvolvidas.

A pesquisa revelou que 46,9% das famílias é composta de 1 a 3 membros, 43,8% de 4 a 6 membros, e que apenas 9,4% é composta por 7 ou mais membros.

A pesquisa também revela que 71,9% dos chefes da família, que é o responsável pela renda, não são alfabetizados; 9,4% concluíram o ensino fundamental; e que apenas 3,1% concluíram o ensino médio; os outros 15,6% compõem os que são alfabetizados mas não concluíram o ensino fundamental, ou não concluíram o ensino médio.

Pôde-se verificar ainda que 93,8% das atividades agrícolas são realizadas apenas pela próprias famílias e apenas um percentual de 6,3% das famílias contrata eventualmente serviços de terceiros.

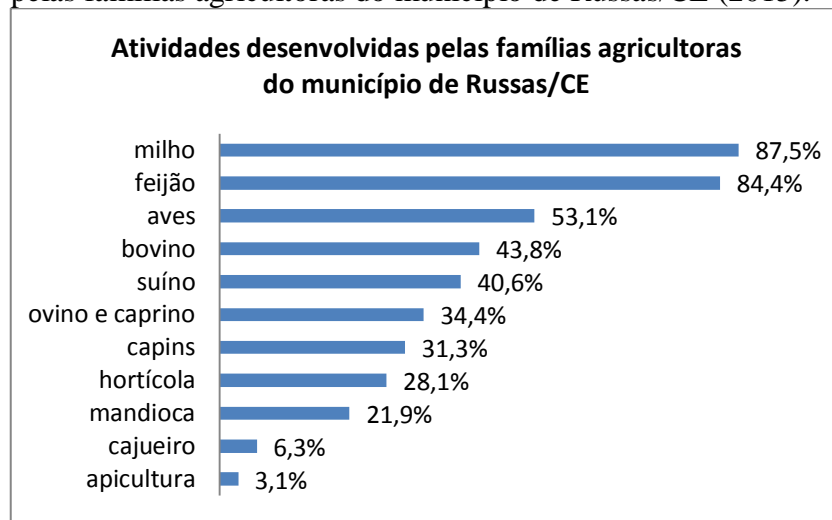
### **4.2 Análise dos Resultados**

Os dados que se seguem revelam as principais atividades realizadas pelas famílias, a destinação da produção, os programas destinados a agricultura familiar, e a participação das

famílias nos programas. Também são apresentadas as principais vantagens e desvantagens dos programas segundo as famílias agricultoras.

Com relação as atividades agrícolas desenvolvidas, verifica-se com a pesquisa que milho e feijão são as principais culturas cultivadas por 87,5% e 84,4% das famílias, respectivamente. As culturas hortícolas (cheiro-verde, coentro, jerimum, pepino, quiabo e batata) e a mandioca aparecem logo em seguida com 28,1% e 21,9% respectivamente, e em menor porcentagem cultura do cajueiro (6,3%). Quanto a pecuária, a avicultura é a principal atividade praticada pelas famílias (53,1%), seguida da bovinocultura (43,8%), suinocultura (40,6%), ovino e caprino (34,4%), produção de capins, como braquiária e sorgo forrageiro (31,3%) e, em menor porcentagem, apicultura (produção de abelhas) com 3,1%. O Gráfico 1 resume as principais atividades desenvolvidas pelas famílias, relacionadas à agricultura e à pecuária, segundo a pesquisa:

Gráfico 1 – Distribuição das principais atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras do município de Russas/CE (2015).



Fonte: elaborado pelo autor.

Um total de 75% das famílias responderam que praticam atividades diversificadas, relacionadas tanto com a agricultura como também com a pecuária; 18,8% trabalham apenas com agricultura; e 6,3% trabalham apenas com a pecuária. Essa diversificação de atividades, segundo os agricultores, permite maior segurança em risco de perdas de produção em decorrência de estiagens. Segundo os próprios agricultores, a falta de chuva é considerada o maior problema enfrentado na busca pela produção.

Com relação à destinação da produção, 46,9% das famílias afirmaram que utilizam tudo o que produzem para o próprio consumo. Enquanto que 53,1%, além de consumir, destina a sua produção à venda local como forma de aquisição de renda.

Quanto às políticas públicas para a agricultura familiar, os programas implementados no município de Russas, aos quais as famílias agricultoras têm acesso, são: PRONAF, ATER, PNCF, Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, Garantia Safra, Hora de Plantar, Hora Trator e Agroamigo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa de crédito que beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, possibilitando financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. As linhas de crédito atendem ao custeio com atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produtos, bem como em associações e cooperativas; financiamento de máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários; projetos de convivência com o semiárido; projetos para sistemas agroflorestais e sustentáveis. O acesso a esses recursos financeiros facilita a execução das atividades agropecuárias, a compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo, favorecendo o desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um programa vinculado à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que objetiva levar assistência técnica às propriedades rurais, com intuito de proporcionar melhorias nos processos de trabalho e qualidade de vida aos agricultores. Por meio de parcerias entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e instituições públicas estaduais e privadas, é garantido o apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado (BRASIL, 2013), além de avaliar, adequar e difundir os resultados de tecnologias agrícolas indicadas para o Estado, realizadas por universidades e empresas de pesquisas (SDA, 2015).

O objetivo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais, sem-terra, jovens rurais ou agricultores em áreas insuficientes para a produção. Prevê financiamentos para a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Além de investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental. O programa facilita financiamentos para combate à pobreza rural e consolidação da agricultura familiar (BRASIL, 2013).



O Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, assegura juridicamente a posse do imóvel ao agricultor familiar. Dando prioridade de atendimento aos locais de ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de apropriação indevida de terras, concentração de pequenas propriedades, e áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel objetiva incentivar agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção de biocombustível. O Ministério do Desenvolvimento Agrário é responsável pela integração da agricultura familiar a essa cadeia de produção, que destina a matéria-prima a empresas produtoras de biodiesel que compram matéria-prima desses agricultores, obtendo incentivos fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel (BRASIL, 2013).

O Garantia Safra é um programa destinado a produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao programa. É um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção (pelo menos 50%) causada por problemas climáticos, como a seca ou excesso de chuva (BRASIL, 2013; DIAS, 2015).

O Hora de Plantar, coordenado pela SDA, MAPA, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e a Secretaria de Agricultura do município de Russas (SEAGRI), objetiva fortalecer a agricultura familiar disponibilizando sementes e mudas de elevado potencial genético aos agricultores familiares com intuito de propiciar o aumento da produtividade agrícola e da renda e garantia de segurança alimentar das famílias cearenses (SDA, 2015). Em 2014, foram destinadas para o município de Russas 26.020Kg de sementes das culturas de feijão, milho e sorgo (SDA, 2014). Em 2015, está prevista a distribuição de 3,5 mil toneladas de sementes, incluindo milho, feijão, sorgo, algodão, caju anão-precoce e gergelim para o Estado do Ceará, com o objetivo de atender 132 mil agricultores familiares (SDA, 2014).

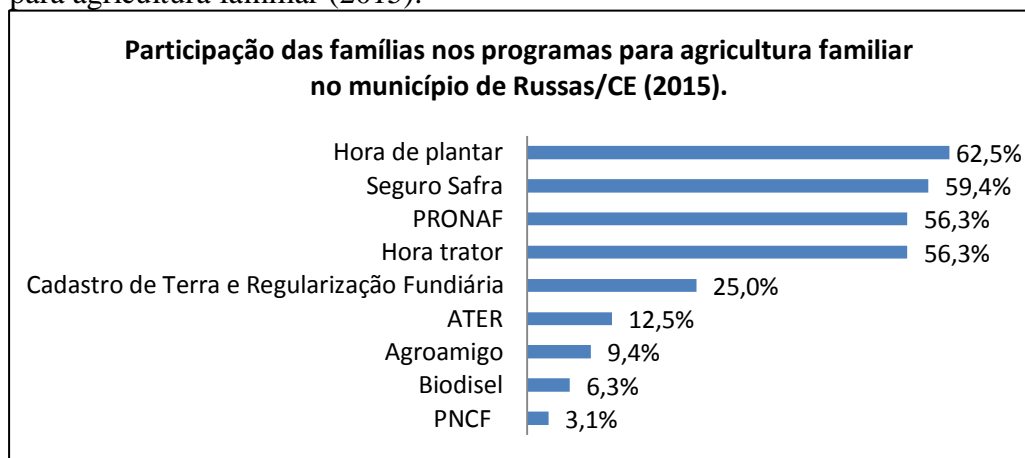
O Hora-trator é um programa municipal que visa disponibilizar uma hora de trator para os agricultores que estejam enquadrados no PRONAF. Em 2015, o programa prevê o atendimento de 2.400 agricultores familiares com um total de 2.565 horas (AGRICULTORES..., 2015).

O Programa de Microfinança Rural (Agroamigo), criado pelo MDA, e operacionalizado em parceria com o Banco do Nordeste e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), tem o objetivo de conceder financiamento para a área rural com crédito orientado e acompanhado. O programa abrange toda a região Nordeste e se destina a agricultores

familiares enquadrados no PRONAF e que sejam proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros da terra, obtenham no mínimo 30% da renda familiar da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e possuam renda bruta anual de até R\$ 5.000,00. O financiamentos podem chegar até R\$ 4.000,00 (MDA, 2013).

Com relação ao acesso das famílias aos programas destinados à agricultura familiar, a presente pesquisa revela que 90,6% das famílias no município de Russas participa de alguma política do governo para a agricultura familiar. Dentre os programas implementados no município, o que alcança o maior número de famílias é o Hora de Plantar, com 62,5% das famílias atendidas, seguido do Seguro Safra (59,4%), ambos do Governo do Estado do Ceará. O PRONAF, do Governo Federal, e o Hora-trator, do governo municipal, atendem, cada um, 56,3% das famílias russanas. Os outros programas que atendem as famílias são o Cadastro de Terra e Regularização Fundiária (25%), ATER (12,5%), Agroamigo (9,4%), Biodisel (6,3%) e o PNCF (3,1%), como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação dos agricultores familiares de Russas nos programas para agricultura familiar (2015).



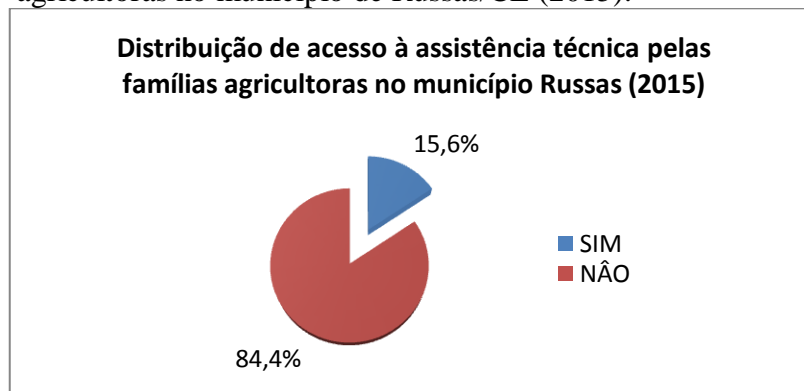
Fonte: elaborado pelo autor.

As famílias afirmam que os programas destinados aos agricultores trazem muitos benefícios. O crédito fornecido pelo PRONAF garante um financiamento que permite investimento agrícola que não seria possível sem o juro mais baixo fornecido por esse programa. O destino do investimentos, em geral, para compra de animais, construção de cercas e compra de equipamentos agrícolas, permite maior capacidade de trabalho dos agricultores.

As sementes de milho e feijão disponibilizadas aos agricultores pelo programa Hora de Plantar pode explicar o elevado percentual de famílias que trabalham com essas culturas,

87,5% e 84,4%, respectivamente. No entanto, muitos dos agricultores reclamam da má qualidade das sementes que recebem, pela baixa germinação e qualidade para consumo. Desta forma, muitos preferem comprar outras sementes nos mercados, ou utilizar suas próprias sementes guardadas do ano anterior. Outra queixa das famílias é a baixa quantidade de sementes que não atende a demanda das famílias. No ano de 2014, cerca de 3.000 agricultores não receberam o benefício, o que impactou na redução de 50% do plantio esperado para a época (AGRICULTOR..., 2015). O baixo acesso a assistência técnica pelas famílias também pode explicar os problemas com a produção dessas culturas. Segundo a pesquisa, 84,4% das famílias não recebem assistência técnica, seja da EMATERCE, da Secretaria de Agricultura do Município, ou de técnicos privados, como mostra o Gráfico 3. O programa ATER, que atende a 12,5% das famílias, juntamente com eventual contratação de serviços técnico privado, compõem os outros 15,6% de famílias que recebem alguma assistência técnica.

Gráfico 3 – Apoio de assistência técnica às famílias agricultoras no município de Russas/CE (2015).



Fonte: elaborado pelo autor.

O Programa Hora-trator permite reduzir os custos de produção, uma vez que o produtor não precisa pagar por uma hora trator, que geralmente custa caro. Segundo a pesquisa, este é um dos programas que mais atende as famílias. Porém, os agricultores reclamam dos atrasos no recebimento do benefício. Relataram que quando o trator chega na propriedade, as sementes já foram plantadas, ou a chuva já tem passado. Ou ainda, o produtor já tem pago a hora-trator do privado.

O Seguro Safra proporcionar maior segurança ao agricultor, que pela garantia de um retorno financeiro em situação de perda de produção por seca ou enchente, pode plantar sem medo de perder sua produção e investimento. Associado ao crédito fornecido pelo PRONAF, e pelo Agroamigo, o Garantia Safra permite maior capacidade de investimento e trabalho

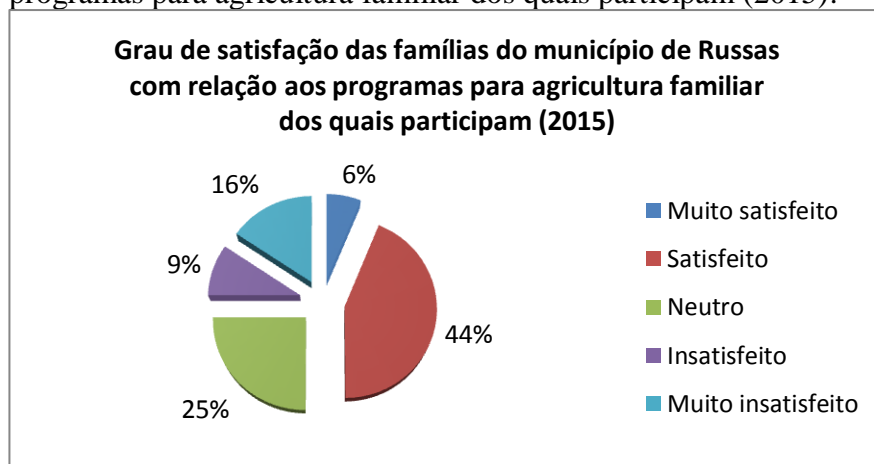
pelos agricultores. Segundo a pesquisa, os agricultores afirmaram que sem esse crédito fornecido por esses programas, não haveria possibilidade de trabalhar e tirar sustento da terra.

Com os programas PNCF e o de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, os agricultores contemplados puderam ter suas terras regularizadas, além da possibilidade de aquisição de novas terras a custos mais baixos. Esses pequenos produtores afirmaram que esses programas foram fundamentais para sua permanência no campo e para a segurança e estabilização da produção agrícola.

O programa de produção de biodiesel ainda alcança um baixo número de famílias russanas. Dentre os 6,3% que trabalharam com esse programa, produzindo mamona para produção de álcool combustível, deixaram de trabalhar com a cultura por baixo incentivo do governo, e por desconfiança na produção da cultura. A falta de conhecimento sobre a existência do programa e o baixo nível de assistência técnica às famílias, certamente são responsáveis pelo baixo nível de acesso a esse programa.

Quando as famílias foram interrogadas em relação a sua satisfação com os programas dos quais participam, 43,8% mostraram-se satisfeitas, como mostra o Gráfico 4. Alegaram que os programas destinados aos agricultores contribuíam positivamente com o processo produtivo, o qual não seria possível sem o apoio do governo. Entretanto, uma parte das famílias reclamaram da dificuldade de acesso aos programas, da burocracia elevada, e do baixo nível de acesso aos programas, além da desorganização e má administração dos responsáveis pelos cadastramentos e alcance dos agricultores.

Gráfico 4 – Grau de satisfação das famílias de Russas com os programas para agricultura familiar dos quais participam (2015).



Fonte: elaborado pelo autor.

No próximo capítulo são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar o acesso das famílias agricultoras do município de Russas/CE às políticas públicas para a agricultura familiar. Pôde-se concluir que as famílias são atendidas pelas políticas públicas, e que o PRONAF, o Seguro Safra, o Hora-trator e o Hora de Plantar são os principais programas que atendem as famílias, além do Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Agroamigo, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O presente estudo mostrou as principais atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias agricultoras, os programas voltados para agricultura familiar que atendem a essas famílias, os efeitos das políticas no desenvolvimento da agricultura familiar e as vantagens e principais problemas relacionados aos programas.

No decorrer da pesquisa confirmou-se que os programas contribuem positivamente para a produção agrícola, proporcionando rendimentos e condições de trabalho que não seriam possíveis sem o atendimento pelos programas. Como foi mostrado por 44% das famílias entrevistadas, que responderam estarem satisfeitas com os programas que participam.

No presente estudo foi demonstrado também que alguns programas atendem a uma pequena porcentagem de famílias. Além disso, o baixo nível de assistências técnica às famílias, a desorganização na implementação dos programas e o desconhecimento das famílias com relação a existência e funcionamento dos programas, contribuem para o baixo nível de acesso às políticas públicas para a agricultura familiar no município de Russas.

A pesquisa alcançou seu objetivo, pois mostrou que as famílias agricultoras de Russas são atendidas pelas políticas públicas para agricultura familiar. Embora 90,6% das famílias participem de algum programa, são poucos os programas que atendem ao município estudado. Entretanto, o impacto de tais programas são reconhecidos pelas famílias atendidas.

A presente pesquisa apresentou algumas limitações, no que se refere a escassez de bibliografias específicas para políticas públicas para agricultura familiar, em especial nos municípios do interior do Estado do Ceará.

Os resultados desta pesquisa foram suficientes para responder à problemática, ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos. Entretanto, sugere-se que outras pesquisa sejam direcionadas ao assunto pesquisado, com maiores aprofundamentos que busquem entender a importância do conhecimento das famílias sobre os programas e a influência de tais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICULTOR aguarda o 'Hora de Trator'. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/agricultor-aguarda-o-hora-de-trator-1.1221015>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

AGRICULTORES russianos terão “Hora de Trator” a partir do dia 18. **Secretaria Municipal de Agricultura de Russas – SEAGRI**, Russas, 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://russas.ce.gov.br/destaque/agricultores-russianos-terao-hora-de-trator-a-partir-do-dia-18/>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

BRASIL. Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País mas ainda sofre na comercialização. **Portal Brasil**. Publicado em 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>. Acesso em: 11 set. 2014.

BRASIL. Agricultura Familiar. **Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 11 set. 2014.

BRASIL. Censo Demográfico de 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Cidades: Russas. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=231180>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Censo Demográfico de 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Cidades: Russas – Histórico. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231180&search=ceara|russas|infograficos:-historico>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2014/estimativa\\_dou\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 11 set. 2014.

BRASIL. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Outubro de 2013. Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2015.

COCHRAN, C. E.; MAYER, L. C.; CARR, T.R.; CAYER, N. J. *American Public Policy: An Introduction*. Ninth Edition. **Cengage Learning Academic Resource Center**, Wadsworth, 2009.

DIAS, Aline. Garantia-Safra: mais segurança para os agricultores familiares. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 9 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/garantia-safra-mais-seguran%C3%A7a-para-os-agricultores-familiares#sthash.ii8IcYBU.dpuf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

FAO - Organização das nações unidas para a alimentação e agricultura. Representação da FAO no Brasil. O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar. FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GIL, A. C. **Método e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, UBA: Argentina, N. 34, 1º sem./2011.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, [S.l.], p. 1-4, fev., 1995.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, FEA-USP, São Paulo, v.1, nº 3, 2º sem./1996.

PASSOS, André. Agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no campo. Postado em outubro de 2014 às 17:20. **Revista Safra**, 27 out. 2014, p. 30. Disponível em: <<http://revistasafra.com.br/agricultura-familiar-gera-mais-de-80-da-ocupacao-no-setor-rural/>>. Acesso em: 11 set. 2014.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST. Paracambi, 2007. Disponível em:

<[http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues\\_metodologia\\_cientifica.pdf](http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2015.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de mato grosso do sul – brasil. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82 - 99, set/dez 2013

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Segunda, 26 de Janeiro de 2015 às 16:33. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/projetos/45770-assistencia-tecnica-e-extensao-rural>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA. Coordenadoria do Desenvolvimento da Agricultura Familiar. 17 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/desenvolvimento-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA. **Hora de Plantar 2015 prevê mais de R\$ 19 milhões**. Quinta, 04 de Dezembro de 2014 às 10:55. Assessoria de Comunicação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/latest-news/45700-hora-de-plantar-2015-preve-mais-de-r-19-milhoes>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA. **Hora de Plantar**. Segunda, Quinta, 22 de Janeiro de 2015 às 10:55. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/projetos/45762-hora-de-plantar>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA. **Projeto Hora de Plantar XXVII** - Manual Operacional 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 16, p. 20-45, Dec. 2006.